

A integração dos assentamentos rurais tradicionais nas regiões urbanas: O exemplo do Algarve Central no Sul de Portugal¹

Miguel Reimão Costa

Universidade do Algarve, Portugal
CEAUCP / Campo Arqueológico de Mértola
mrcosta@ualg.pt

Desidério Batista

Universidade do Algarve, Portugal
dbatista@ualg.pt

Resumo

O expressivo processo de expansão urbana que, em diferentes geografias, teve origem com a Revolução industrial, comportou frequentemente a integração de assentamentos rurais antes localizados em anéis exteriores à cidade tradicional. Este tema, associado em muitos casos à perda de valor do solo agrícola, tem adquirido maior relevância, nas últimas décadas, no contexto da transformação da cidade contemporânea e da urbanização extensiva e difusa. É nestas circunstâncias que se considera fundamental a inventariação e o estudo da arquitetura vernacular destas áreas, na medida em que estes poderão revelar diferentes edifícios, conjuntos e assentamentos que deveriam ser protegidos, comportando na cidade difusa um papel idêntico ao que os núcleos históricos adquiriram na cidade compacta, especialmente a partir do início da segunda metade do século passado. De facto, à medida que a dicotomia convencional entre cidade e campo perde relevância, as construções vernaculares – tal como o sistema ecológico, a rede de velhos caminhos ou a estrutura predial – têm necessariamente de ser considerados no âmbito do ordenamento metropolitano, tanto a nível da caracterização como da proposta. Deste modo, é fundamental retomar a contraposição entre padrões de dispersão e padrões de aglomeração, na medida em que cada qual levanta diferentes questões a nível da atual transformação do uso do solo. Para compreender alguns dos tópicos inerentes a este processo, consideraremos aqui a região central do Baixo Algarve que constitui, a este propósito, um bom caso de estudo. A investigação em torno aos assentamentos rurais tradicionais adquire especial relevância nesta área, uma vez que os diferentes instrumentos de ordenamento do território restringem, em grande medida, o processo de edificação fora dos perímetros urbanos à reabilitação ou renovação desses conjuntos edificados preexistentes.

Keywords: Regiões urbanas, arquitetura vernacular, património, paisagem, Algarve, Portugal.

Paisagem tradicional e cidade difusa

A investigação em torno aos diversos processos de expansão da cidade tem acabado, em diferentes circunstâncias, por revelar a importância que a paisagem tradicional tenderá a adquirir na morfologia urbana, considerando, para lá da matriz ecológica, o sistema de vias, a estrutura parcelar e o património rural construído. De facto, a forma urbana relaciona-se intimamente com o suporte territorial de base que constitui um elemento fundamental na criação arquitetónica e paisagística.

¹ Versão em português do artigo submetido com o título "Towards Integrating Rural Vernacular Settlements in Urban Regions: A study of Algarve, Portugal" ao ISVS e-journal em Abril de 2011.

Mas, a cidade é, também, o resultado de uma sucessão de adaptações culturais que se refletem historicamente tanto no seu urbanismo como na arquitetura vernacular e erudita.

Neste sentido, é fundamental compreender a cidade como uma estrutura que resulta, em primeiro lugar, dos processos naturais (evolução geológica e biológica) que configuram a forma recebida – a estrutura ecológica – posteriormente adaptada e manipulada pelo Homem, responsável pela forma elaborada – a estrutura cultural (McHarg, 1969). O estudo dos processos de transformação e expansão da cidade deverão considerar, deste modo, esta ordem subjacente que tanto remete para os aspetos do território físico e do património material como para a sucessão de compromissos entre os direitos individuais e a vontade comum (Kostof, 2001; 52). A cidade tenderá assim a comportar, pelas suas inter-relações formais, culturais, funcionais e simbólicas, todas as qualidades da paisagem onde se integra e com a qual forma um corpo inseparável (Rossi, 1975; 189).

Para além da importância que as linhas fundamentais de organização do território rural periurbano poderão adquirir no desenho da cidade, a leitura deste processo passará, em muitos casos, pela permanência de conjuntos edificados rurais no interior da malha urbana. Esta condição é particularmente evidente nos momentos em que a expansão contínua da cidade se torna mais célere, como ocorre em diferentes geografias a partir do início do século XIX. Durante este processo, a integração no tecido urbano dos conjuntos edificados que antes se localizavam na sua proximidade poderá aparecer associada, por exemplo, à assimilação de alguns pequenos aglomerados ou ao loteamento das parcelas agrícolas das quintas ou das cercas dos conventos.

Mas o modo como os elementos estruturantes da paisagem se repercutem na morfologia urbana alterar-se-á, naturalmente, ao longo da história da cidade, com expressões diversas nas diferentes regiões. Na sociedade pré-industrial, a escala humana e a forma compacta da cidade ligam-se estreitamente a um sítio e a limites (nutricional, defensivo, da mobilidade, energético) bem definidos (Mumford, 1961; 424). Estes limites estabelecem uma “fronteira” nítida entre o espaço rural, que constituía a fase contínua, e o espaço urbano, que a ocupava pontualmente.

Esta morfologia alterar-se-á gradualmente a partir do processo da industrialização, com a maior preponderância dos meios de transporte e deslocação no território e, posteriormente, com a consolidação do modelo da cidade contemporânea alargada e polinucleada. No exterior dos perímetros urbanos consolidados, as áreas periurbanas de baixa densidade caracterizam-se por um estado quase sempre transitório, onde muitas vezes se justapõem e sobrepõem estruturas e formas da desruralização e da suburbanização.

A sociedade e o território têm estado sujeitos, neste contexto, a processos de transformação rápidos e profundos, observando-se, ao mesmo tempo, uma alteração nos paradigmas e nos processos de construir a cidade. A revolução tecnológica, a passagem de uma economia agrária pré-industrial a outra industrial e pós-industrial, e de uma sociedade predominantemente rural a outra urbana, e as conseqüentes alterações no tipo de povoamento e nos modos de vida, são responsáveis por uma inversão de valores e de processos que têm conduzido à profunda transformação e descaracterização dos espaços rural e urbano. Na transição entre uns e outros, assiste-se ao aparecimento de paisagens híbridas, mutáveis, suburbanas e *rurbanas*, em que a paisagem rural se apresenta em constante regressão e degradação, e a paisagem urbana em acelerado e imparável crescimento.

Nas primeiras fases, os aspetos económicos mais marcantes da cidade (massificação da produção industrial e concentração dos meios de produção, trabalho em série e consumo de massas), obrigam-na a adaptar-se às exigências da produção, do consumo e das trocas comerciais, sendo para isso necessária uma rede de grandes vias de comunicação (rodoviárias e ferroviárias) que

servirão de suporte à expansão urbana. Na fase posterior, observa-se uma mudança generalizada na estrutura económica da sociedade, passando os serviços (com a grande e crescente importância dos serviços financeiros e das empresas) a ser o principal motor de desenvolvimento. A cidade passará a centrifugar as novas atividades (tecnologias da informação e da comunicação, biotecnologia, turismo) e fluxos, tendo como resultado a constituição de mosaicos metropolitanos (Indovina, 2004). Assistimos, deste modo, a uma alteração profunda nos modos de pensar, produzir, utilizar e gerir as paisagens, em geral, e as cidades, em particular.

Esta alteração, consequência da reorganização dos processos socioeconómicos diretamente relacionados com o desenvolvimento dos transportes, o aumento exponencial da população urbana e a evolução tecnológica, traduz-se no aparecimento de um novo modelo de ocupação e organização espacial caracterizado pela dilatação dos territórios urbanos e pela sua recomposição a grande escala, ganhando importância, desde logo, a mobilidade de pessoas, bens e informação (Ascher, 2001). De facto, a rutura com a lógica de crescimento e de formação de padrões de aglomeração próprios da cidade pré-industrial dá lugar à emergência de um novo padrão de urbanização caracterizado pela explosão dos sucessivos limites do urbano e pelo aumento da fragmentação, descontinuidade e diversidade de formas e usos do solo. É esta nova forma que levará Francesco Indovina (1990) a introduzir o conceito de cidade difusa enquanto modo operativo no reconhecimento e interpretação deste novo estágio de (des)organização e (des)estruturação do território.

Considerada pelo autor italiano, o processo equivalente na Europa aos subúrbios norte-americanos (identificados com o termo *sprawl*), a nova estrutura territorial definida como cidade difusa, está associada à crescente difusão e utilização do automóvel particular com reflexos a nível do aumento significativo da mobilidade e da expansão dos limites espaciais da cidade difusa que “[...] se origina e vive enquanto cidade automobilística [...]” (Indovina, 1990). O processo de significativa dispersão da edificação inerente a este novo modelo assenta na emergência de novas tipologias como a moradia unifamiliar isolada ou as edificações das pequenas empresas ligadas à produção e aos serviços. A conjugação das novas formas de mobilidade e da dispersão do povoamento determinam a localização, no contexto da urbanização de baixa densidade, de pontos de venda especializados ou conectados diretamente com a produção (mercados abastecedores, etc.), de atividades produtivas e de serviços às empresas (consultoria, marketing, projeto), e de serviços e espaços de intercâmbio à escala metropolitana (centros comerciais, hipermercados, equipamentos recreativos e desportivos de grandes dimensões) a que Ignasi de Solà-Morales (2002; 99) designa por contentores.

Em jeito de síntese, poderemos dizer que o território emergente resultante deste novo modelo de estruturação espacial associado à explosão urbana pode ser caracterizado pelo seguinte conjunto de fenómenos:

i) a presença do processo da conurbação e da dispersão da habitação e da atividade produtiva pela paisagem, atravessada por uma densa rede de infraestruturas viárias que permite uma alta conexão entre os distintos pontos do território, garantindo a possibilidade de uma elevada mobilidade (Boeri and Lanzani, 1992);

ii) uma massa consistente (de capital produtivo, de serviços, de população e de fluxos multi-direccionais) dispersa num vasto território cuja configuração espacial não dá, muitas vezes, lugar a fenómenos significativos de densidade e intensidade marcadamente urbano (Indovina, 1990);

iii) a fragmentação dos espaços edificadas e não edificados, responsável pela construção de uma complexa figura territorial ainda que, frequentemente, de qualidade e intensidade modestas (Detragiache, 2002);

iv) a multiplicidade de configurações espaciais que correspondem a distintas morfologias urbanas e paisagísticas como a "estrada – mercado", as antigas e novas centralidades, e os espaços abertos intersticiais (Boeri and Lanzani, 1992);

O processo histórico que conduziu à configuração da "cidade contemporânea" - designação que Secchi (1999) considera como a mais adequada para denominar a nova forma urbana que integra tanto a cidade compacta e contínua, como a cidade difusa e descontínua - pode caracterizar-se, de modo esquemático, pela sucessiva explosão dos limites urbanos, desde a cidade histórica até à atual condição de fragmentação e diversificação dos assentamentos. Esta explosão dos limites urbanos acabará por tornar relevante o acréscimo, em número e extensão, dos espaços rurais e naturais, intersticiais.

Com efeito, o salto de escala da cidade compacta para o território da urbanização difusa confere à paisagem um papel estratégico fundamental como elemento de referência, estruturação e qualificação da cidade emergente (Portas, 2003). Neste sentido, o sistema de espaços livres, onde se integram os elementos de património rural construído, surge como suporte da estrutura ecológica e cultural da paisagem urbanizada, cumprindo a função estruturante de condutor arquitetónico e ambiental, assegurando aquelas estruturas o funcionamento e coerência globais, a integridade ecológica, a identidade cultural e a sustentabilidade da região urbana.

A reabilitação da arquitetura vernacular e do património rural nas áreas metropolitanas

De entre as diversas componentes que constituem a paisagem cultural, importaria relevar, no presente artigo, as edificações e os assentamentos rurais sujeitos a novas solicitações no contexto da transformação da cidade contemporânea. Este tema é particularmente relevante nas áreas metropolitanas que conservam, ainda hoje, um importante património construído relacionado com a anterior vocação agrícola destas áreas que antes abasteciam a cidade próxima. A importância da reabilitação deste património e, em especial, dos assentamentos rurais dispersos na paisagem é um tema que tem sido pouco considerado no debate em torno à cidade contemporânea. De um modo geral, este debate tem, mais insistentemente, recaído: na vertente programática e nas novas estruturas construídas na paisagem; no sistema de infraestruturas e dos diversos fluxos; na importância dos sistemas ecológicos como matriz; ou, ainda, nos aspetos formais e de organização como os que relevam, por exemplo, a referência aos sistemas polinucleares e aos padrões auto-organizados.

No contexto das áreas metropolitanas, o património construído está, no entanto, associado geralmente a uma grande diversidade tipológica. Poderemos retomar, a este propósito, os estudos sobre as diversas formas de povoamento rural que foram desenvolvidos no âmbito da geografia, durante o século passado. Nestes estudos, a caracterização dos diversos sistemas de ocupação do território era, de um modo geral, organizada a partir da contraposição entre o povoamento concentrado e o povoamento disperso, considerando, num segundo nível, os diferentes modos de combinação e matização destas duas categorias fundamentais. Ora, as diferentes formas de povoamento rural no interior das áreas de influência dos aglomerados urbanos tradicionais vão ser, naturalmente, decisivas nos novos padrões de ocupação associados à cidade alargada contemporânea.

A nível da arquitetura vernacular, poderemos distinguir, numa primeira abordagem, os pequenos aglomerados rurais das edificações dispersas na paisagem que acabarão por colocar questões bastante distintas a nível da sua reabilitação no âmbito que temos vindo a descrever. As aldeias anteriormente localizadas nas áreas de influência das cidades compactas tradicionais têm

acabado por sofrer uma transformação profunda que decorre da falência dos processos tradicionais de produção e da sua progressiva integração nos sistemas metropolitanos. Esta transformação resulta da gradual transformação da comunidade rural vinculada ao ambiente social local e a um território restrito onde trabalha e reside numa comunidade urbana dependente das novas condições de mobilidade espacial (Rémy and Voyé, 1994; 147-152).

E é dentro deste âmbito que deverá ser equacionado a importância que os antigos aglomerados rurais poderão adquirir no interior dos sistemas polinucleares característicos das áreas metropolitanas, considerando um conjunto de aptidões que resultam do seu valor patrimonial e da sua organização espacial. Este propósito alarga aos aglomerados rurais a reflexão em torno ao papel que as “velhas cidades” poderão adquirir no contexto dos modelos da expansão da cidade caracterizados pela preponderância dos sistemas de mobilidade, tal como foi considerado, de forma premonitória, por Giovannoni (1995), ainda na primeira metade do século passado. Em muitos casos, estas aldeias tenderão a retomar novas centralidades no espaço da cidade difusa que tanto se poderão expressar em áreas de influência mais restritas (atividades genéricas) ou alargadas (atividades especializadas e de complementaridade com outros núcleos). Esta condição de centralidade poderá adquirir uma expressão identitária quando associada a núcleos construídos cujo valor patrimonial e espacial é reconhecido pelos novos habitantes.

A organização espacial destas aldeias contrasta frequentemente com os padrões individualizantes e de baixa densidade que caracterizam as formas de urbanização das áreas metropolitanas em seu redor. De facto, a morfologia do espaço público e a organização do tecido edificado destas aldeias refletem, como vimos, uma cultura de vida em comunidade marcada por fortes vínculos sociais. O grande desafio associado à reabilitação urbana destes conjuntos passa, justamente, pela afirmação da sua centralidade enquanto espaço coletivo e social no contexto das profundas transformações culturais e dos modelos associados à cidade difusa e fragmentada que anteriormente descrevemos.

É dentro deste propósito que se inscreve a reabilitação da arquitetura vernacular e a preservação do património urbanístico destes aglomerados. Algumas das questões inerentes a este processo de reabilitação urbanística são comuns às que têm marcado a intervenção nos bairros históricos da cidade consolidada, pelo que, salvaguardando as especificidades de cada um destes aglomerados, as experiências que têm sido desenvolvidas nalguns daqueles bairros deveriam ser também consideradas.

Situação muito distinta é a que caracteriza o propósito de reabilitação das edificações dispersas integradas nas áreas metropolitanas que constituíam anteriormente assentamentos associados às atividades agrícolas. Em muitas regiões, o conjunto destes assentamentos é marcado por uma grande diversidade a nível das épocas de construção, da organização e da dimensão que adquiriam em função das características das parcelas agrícolas a que estavam vinculados. E é, justamente, a perda de relevância do vínculo entre edificação e parcela agrícola que tem, em muitos casos, pautado a transformação dos padrões da edificação dispersa no interior das áreas metropolitanas. Ao observar, hoje, algumas destas áreas poderemos verificar um significativo acentuar dos padrões de dispersão, marcado pelo aparecimento de novas edificações a par da reconversão das antigas habitações rurais em habitações urbanas. Os impactes deste processo de “urbanização” de baixa densidade são, de certo modo, equiparáveis aqui ao que antes foram descritos para os aglomerados rurais.

As vantagens da proximidade entre habitação e parcela agrícola que caracterizavam, na economia tradicional, o povoamento disperso e a exploração destas áreas, darão lugar ao desígnio (ou ao romance) do que hoje é costume designar por “casa no campo” onde reside o habitante da

cidade. O propósito de viver no campo e simultaneamente próximo dos centros urbanos tenderá a conformar um padrão de baixa densidade, conformado por um “rendilhado” de estradas rurais de suporte aos alinhamentos de edificações que beneficiam simultaneamente do acesso a vias de ligação aos centros urbanos e de uma parcela rural de dimensão significativa (Alexander, et.al.1977: 30).

Nalguns casos, estes padrões de baixa densidade resultam de um processo de planeamento que abrange uma parte significativa das áreas suburbanas de inúmeras metrópoles, compreendendo a reformulação da estrutura predial e a implementação das diversas redes infraestruturais (como é particularmente evidente nos subúrbios americanos). Noutros casos, este padrão resultará da construção da cidade sobre a paisagem rural, da qual são tomadas ou reconvertidas de forma mais ou menos acrítica algumas das suas estruturas fundamentais, desde a organização da propriedade à própria rede de caminhos rurais convertidos, deste modo, em vias de distribuição. Muitas das edificações preexistentes serão objeto de reformulações profundas, especialmente nas áreas em que os planos de ordenamento do território, com o propósito de sustentar o crescimento da cidade difusa, procuram inviabilizar a construção de novas edificações.

Na maior parte dos casos, a transformação ou destruição das edificações rurais no contexto metropolitano ocorre sem uma investigação criteriosa sobre o seu valor patrimonial. Esta situação é tanto mais criticável quando a transformação da habitação rural em habitação urbana é, quase sempre, compatível com a reabilitação das edificações preexistentes. Ainda para mais, quando a reabilitação destas edificações dispersas poderá adquirir uma dimensão cultural fundamental na cidade difusa.

Em certo sentido, poder-se-á afirmar que a reconversão da arquitetura tradicional e do património construído destas áreas poderá ter um papel equiparável ao que a intervenção nos núcleos históricos comportou para a cidade consolidada, especialmente na segunda metade do século passado. Poderemos considerar dentro deste património, não apenas as quintas e os pequenos assentamentos como também os edifícios religiosos, as edificações tradicionais ligadas à transformação dos produtos agrícolas ou outras construções rurais. Muitas destas áreas juntarão ainda, aos conjuntos edificados rurais, as estruturas construídas da primeira industrialização que, em muitos casos, enunciavam já a afirmação do modelo da cidade fragmentada e alargada a territórios mais vastos.

Neste sentido, a reabilitação do património construído disperso nas áreas metropolitanas comportará uma dimensão claramente distinta da que caracteriza os núcleos históricos da cidade consolidada. Enquanto estes compreendem, como condição fundamental, o valor de conjunto associado à continuidade espacial, resultando de um processo tardio e difícil de historização do espaço urbano (Choay, 1994; 157), aqueles constituem, por oposição, uma estrutura fragmentada formada por diferentes exemplares da arquitetura vernacular dispersos no território da cidade difusa. Tanto mais, quando a dispersão destes imóveis com valor patrimonial ocorre no contexto de complexos padrões de alternância com os restantes elementos construídos que conformam a cidade contemporânea.

Mas, na realidade, a reabilitação deste património deverá ser equacionada no âmbito de uma estratégia que, à escala do plano, considere a relevância, para os novos territórios urbanizados, das estruturas de continuidade característicos da paisagem cultural e, designadamente, da sua relação com os sistemas ecológicos. Deste modo, a reabilitação em rede da arquitetura vernacular adquiriria, neste quadro, uma componente identitária resultante da sua integração na paisagem cultural enquanto sistema subjacente fundamental à transformação da cidade.

Um modelo de desenvolvimento urbano a partir do património e da paisagem

Os atuais processos de urbanização difusa são, muitas vezes, deficitários em infraestruturas imprescindíveis (viárias, transporte público e outros serviços urbanos, equipamentos, espaços verdes de recreio e lazer) e caracterizam-se por processos de alteração de uso do solo (consumo excessivo de espaço, perda da diversidade biológica e cultural, degradação do património) responsáveis pela transformação da paisagem. De um modo geral, conduzem à fragmentação e insularização quer dos ecossistemas naturais e agrossistemas tradicionais, quer dos assentamentos humanos. Razão pela qual é necessário que a dinâmica de dispersão urbana seja, por um lado, contrariada e, por outro lado, ordenada e integrada. Como afirma Indovina (2004) a “imagem-de-marca” dos novos mosaicos urbanos e territoriais corresponderá a uma forte integração num contexto de dispersão.

Nesta perspetiva, no âmbito da nova condição urbana, os espaços abertos constituem peças fundamentais, embora geralmente ignorados pelos processos de planeamento e ordenamento, por serem demasiados extensos (corredores fluviais, pomares e hortas, matas, etc.) para se tornarem parques e jardins, ou demasiado reduzidos (espaços segmentados pela malha urbana) para terem um uso agrícola compatível (Boeri and Lanzani, 1992).

No entanto, as qualidades e potencialidades próprias (económicas, culturais e ecológicas) que estes espaços possuem, obrigam à sua apreensão e consideração no contexto da descontinuidade formal e da pulverização dos espaços (edificado e não – edificado) que caracterizam a cidade emergente e a nova ordem territorial. Com efeito, é num contexto em que a dispersão urbana está na origem do incremento e complexidade dos “vazios urbanos” (Solá-Morales, 2002; 103), e num momento em que existe um forte consenso entre a comunidade científica na consideração da forma urbana e na integração de princípios ecológicos e dos processos naturais no desenho urbano (Forman, 2001) que se considera a importância de um modelo de desenvolvimento urbano a partir da paisagem.

Este modelo pressupõe planear e desenhar a cidade introduzindo as lógicas de funcionamento dos sistemas rurais e naturais que proporcionam, a longo prazo, flexibilidade e estabilidade para o espaço urbano, e numerosos benefícios tanto para a sociedade como para a Natureza (Forman, 2004; 47-49). Se, baseados numa nova cultura da paisagem, quanto mais nos interessa o espaço urbano, tanto mais nos deve interessar o espaço rural e natural, o modelo que se preconiza – mais atento à identidade e carácter da paisagem, à interdependência entre a(s) cidade(s) e o seu *hinterland*, e aos valores patrimoniais na sua globalidade –, procura compatibilizar a urbanização com a paisagem. Razão pela qual inclui as diferentes formas e funções quer do campo, quer da cidade, e promove a articulação entre ambos, no sentido do restabelecimento da unidade urbano – rural, através da conexão entre os sistemas urbanos, os ecossistemas e os agrossistemas tradicionais, na configuração de uma «nova metrópole». Os espaços rural e natural passam, deste modo, a ser considerado parte do património cultural herdado, elemento indissolúvel dos sistemas urbanos, não sendo mais possível entender uns sem os outros, uma vez que se trata de conservar a matriz cultural que configura a estrutura ecológica e cultural da paisagem urbanizada (fig.1).

A importância de um modelo a partir da paisagem fundamenta-se, exatamente, na apropriação da estrutura ecológica e cultural da paisagem como conceito base para o urbanismo, através da sua integração no espaço urbano, conferindo-lhe perpetuidade e legibilidade. Neste sentido, baseia-se na reelaboração e reafirmação do processo evolutivo de construção da cidade a partir do entendimento específico da paisagem, o que lhe confere uma identidade própria. Este processo pressupõe a identificação dos “espaços livres intersticiais” (ocupados e/ou devolutos) e dos elementos do património rural construído a eles associados, como a qualidade e o potencial primordiais da cidade contemporânea. O seu desenho passa a incorporar, projetualmente, a estrutura fundiária (parcelamento) e a compartimentação tradicional da paisagem (por sebes vivas

ou muros), a rede de percursos (viários e pedonais), o sistema hídrico e as estruturas hidráulicas, os sistemas tradicionais de exploração da terra e os assentamentos de lavoura, etc. São estes elementos que em conjunto constituem a estrutura que informou o processo de construção histórica da paisagem e cuja (re)descoberta é fundamental para o (re)ordenamento e reestruturação paisagística da cidade contemporânea.

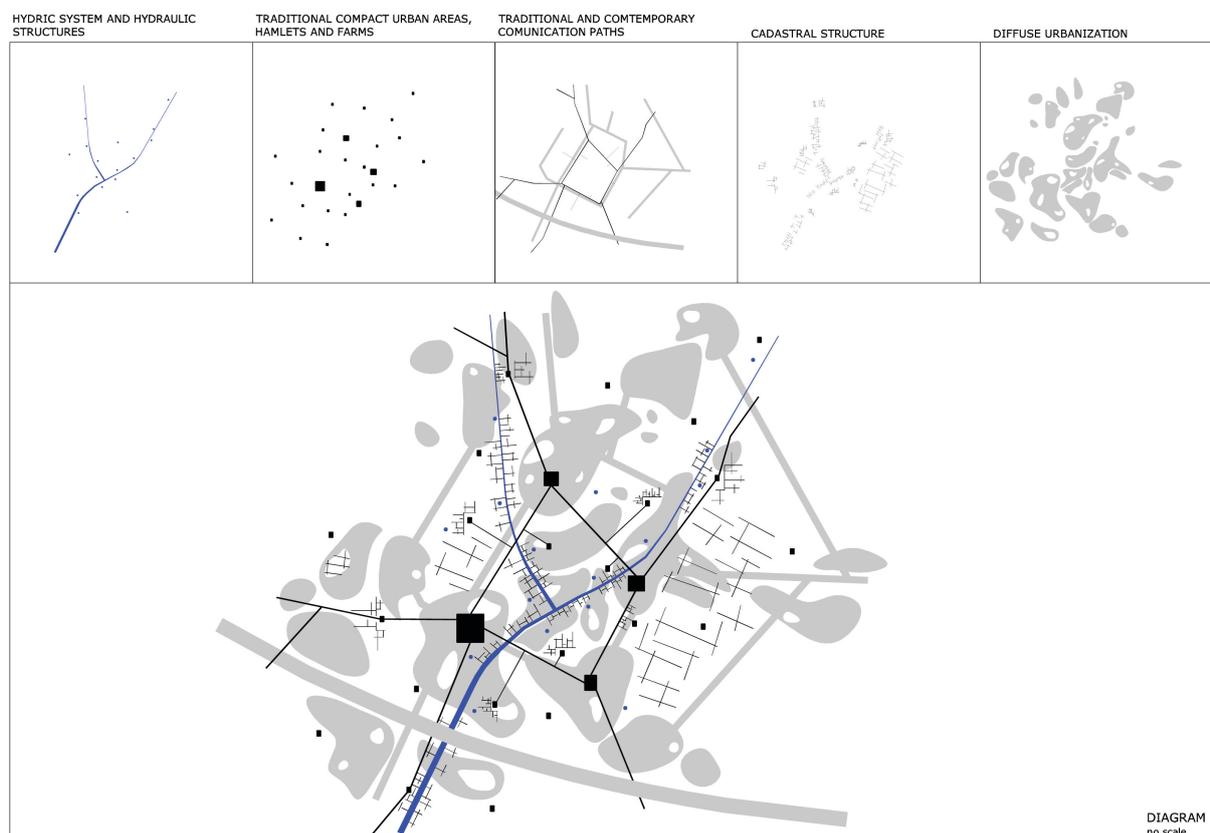


Fig. 1 Património cultural como elemento do sistema urbano (Desidério Batista, Miguel Reimão Costa e Miguel Carvalho).

No modelo que se propõe, os “espaços coletivos”, ao manifestarem a dimensão cultural da paisagem da nova cidade e a qualidade da sua urbanidade, passam a ser encarados como elementos ativos (e não como “vazios”), possuidores de atributos próprios (biofísicos, produtivos, estéticos), que conectam e interligam, como elementos de agregação aptos a ser colonizados por novas atividades. Nesta perspetiva, tornam-se compatíveis quer com a qualificação de espaços obsoletos ou abandonados (zonas industriais, portuárias, margens dos espaços – canal, etc.), quer com a preservação dos valores patrimoniais (naturais e culturais) preexistentes.

A ideia do sistema de espaços abertos como elemento estruturante e vertebrador da região urbana confirma a importância de um modelo de ocupação e organização espacial a partir da paisagem, reconhecendo-a como um “meio” flexível, reversível, evolutivo (em oposição a estático, fixo, rígido), capaz de se adaptar e responder às mudanças e solicitações sociais que surgem ao longo do tempo (Reed, 2005; 31). Atendendo à dimensão regional da cidade, os novos paradigmas não poderão deixar de integrar a paisagem e o património: a paisagem como elemento superador da oposição urbano / rural e como valor associado à qualidade do ambiente; o património que, não

sendo exclusivo dos centros históricos nem se limitando ao edificado, tenderá a constituir um elemento importante de dinamização da economia local e regional quando incorporado no perfil da cidade (Portas, 2005).

A diversidade que, a todos os níveis, poderá marcar o património construído no interior das áreas metropolitanas deverá ser, assim, entendida a partir da consideração da paisagem enquanto sistema de sobreposição de diferentes camadas de formação que poderão ser, em muitos casos, contraditórias entre si (Latz, 2007; 165). Tomem-se em linha de conta, no espaço periurbano, os exemplos já anteriormente referidos dos casais agrícolas dispersos ou das velhas unidades fabris. O propósito de reabilitação deste património não poderá, deste modo, resultar da exclusiva consideração do seu valor enquanto elemento, devendo ser também aferida a partir da sua integração num “conjunto” a estabelecer ao nível da estratégia do plano.

A definição desta estratégia não será, obviamente, unívoca e poderá resultar em diferentes opções, para lá da preservação dos valores patrimoniais absolutamente consensuais. O que é, em qualquer caso, fundamental é proceder a uma inventariação prévia acurada do património destas regiões que considere as suas diferentes valências, desde o material ao imaterial.

O Baixo Algarve como caso de estudo

O Algarve corresponde à região mais meridional de Portugal e compreende, em termos geológicos, três zonas claramente distintas entre si: a Serra, o Barrocal e o Litoral, que se refletem em diferenças morfológicas da paisagem, tipos de solos, ocupação e utilização. A área em estudo, identificada como Baixo Algarve, integra as zonas do Barrocal (calcária) e do Litoral (sedimentar). A sua paisagem, marcada pelo encontro da fácies marítima e terrestre, é o resultado de padrões de uso que a moldaram ao longo de séculos através da relação entre as sucessivas civilizações, povos e gerações, e o território.

A ocupação humana da região põe em relevo a tendência para a litoralização do povoamento, sendo que, no domínio da rede urbana, o seu espaço se organizou, fundamentalmente, em torno de uma estrutura urbana polinuclear e equilibrada. No entanto, a manutenção dos elementos fundamentais da sua economia e do equilíbrio ecológico e cultural dos seus sistemas urbanos, rurais e naturais, irá ser posto em causa, fundamentalmente, a partir da década de Oitenta do século XX. De facto, nas últimas três décadas o crescimento urbano e turístico (praia, sol e golfe) e a modernização da agricultura, entre outros fatores, pautaram a expansão da economia regional e promoveram a intervenção imobiliária com profundas transformações urbanas e paisagísticas no Baixo Algarve.

É esta paisagem que se pretende analisar, considerando especialmente o eixo urbano Olhão – Faro – Loulé (fig. 2), associada a uma dinâmica de mudança caracterizada tanto pela elevada sensibilidade ecológica e patrimonial, como pela implantação de alguns dos aglomerados urbanos e turísticos de maior dimensão e pela concentração das atividades económicas motoras do desenvolvimento regional.

Face a uma realidade em rápida transformação e ainda pouco conhecida, onde a cidade está, claramente, a transformar-se, a paisagem está a urbanizar-se e o património a degradar-se, a análise das complexas dinâmicas de transformação em curso, baseia-se, antes de mais, na caracterização do padrão territorial do Baixo Algarve:

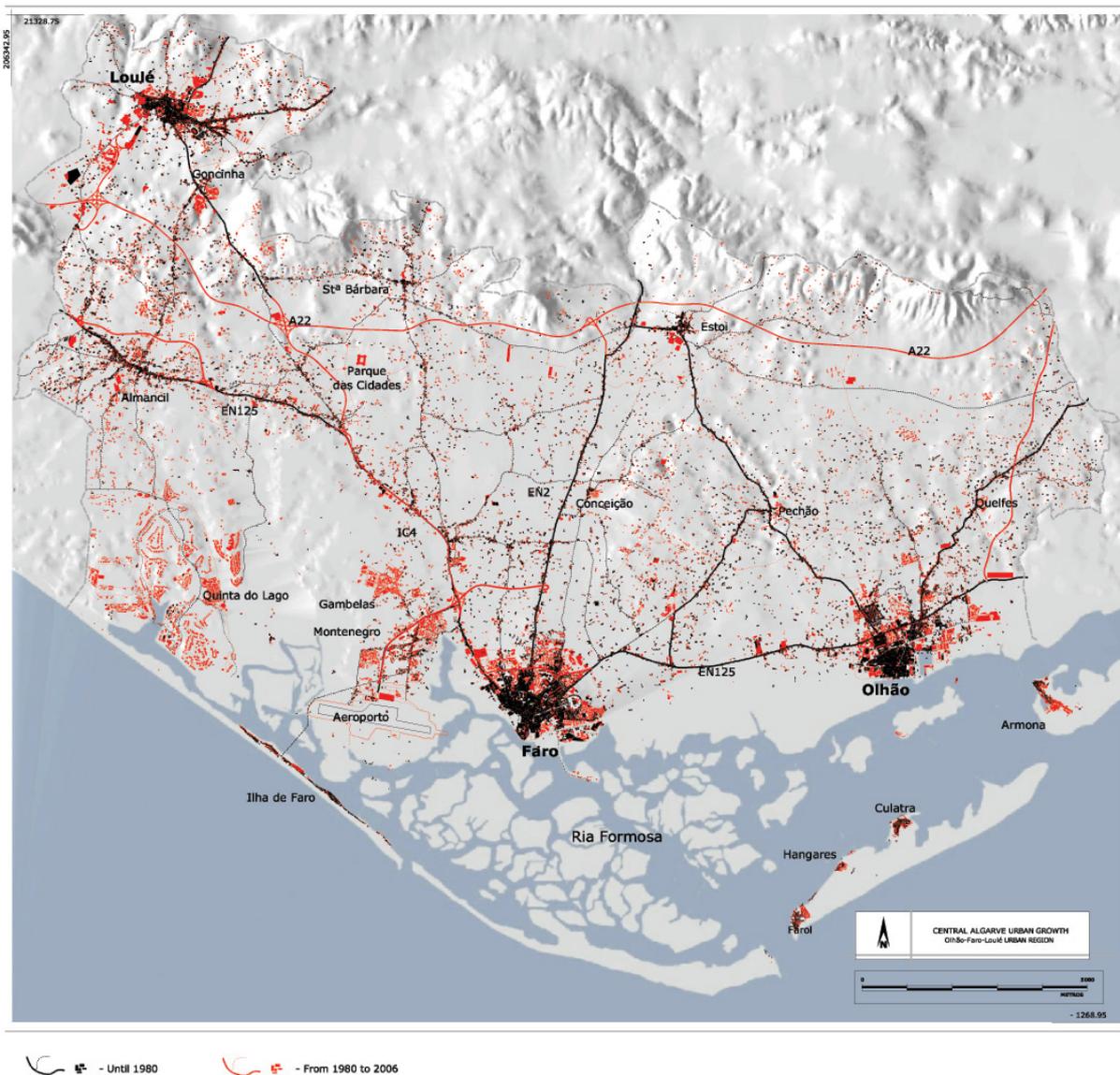


Fig. 2 Crescimento urbano no Algarve Central. Fonte: Batista, 2009.

i) uma paisagem intensamente urbanizada (no contexto nacional e regional) e pontuada quer por uma rede densa de aglomerados urbanos de média dimensão e de pequena dimensão, quer por uma estrutura reticular de crescimento disperso, de lógica individual e ao longo das infraestruturas históricas (estradas e caminhos);

ii) um suporte viário denso, estruturado pelo traçado das principais vias de circulação rodoviária (de nível internacional, regional e municipal), ferroviária (linha regional do Algarve), e complementado por uma rede capilar de vias de menor importância (estradas e caminhos rurais);

iii) um padrão linear de localização comercial – “estrada-mercado” ao longo das estradas nacionais que ligam as cidades principais – predominantemente constituído por empresas de pequena dimensão;

iv) um padrão difuso de localização turística preferencialmente junto ao mar e à Ria Formosa (sistema lagunar), predominantemente constituído por “urbanizações” de baixa densidade, com ou sem

hotel e campo de golfe, com o predomínio da tipologia moradia unifamiliar isolada com jardim privado;

v) uma matriz rural que permanece, anterior à intensificação do processo de centrifugação urbana, embora cada vez mais diluída e simplificada pela dinâmica de urbanização difusa e pela modernização da agricultura;

vi) uma matriz ecológica que permanece, anterior ao processo de urbanização mais intenso e de reconversão das unidades agrícolas, embora cada vez mais rarefeita e fragmentada pelas referidas dinâmicas territoriais.

O povoamento tradicional do Baixo Algarve está, portanto, associado a uma ocupação significativamente hierarquizada do território, considerando os núcleos urbanos de maior dimensão do litoral, as vilas, as aldeias e outros aglomerados de menor dimensão, bem como a dispersão intercalar que se estenderá das planícies da orla costeira, a sul, aos relevos calcários, a norte (fig.3, 4). Diversas são as fontes que, pelo menos desde o século XV, registam a antiguidade desta disseminação de casais agrícolas na paisagem. De qualquer modo, o povoamento disperso adquirirá maior relevância a partir da segunda metade do século XIX, marcado pelas mudanças da estrutura da propriedade que resultarão do advento do Liberalismo. Se alguns dos novos conjuntos edificados estavam associados a explorações de dimensão considerável no contexto do Baixo Algarve, de um modo geral, aparecerão ligadas à pequena ou à média exploração.



Fig.3: Faro (M. R. Costa)



Fig.4: Faro (M. R. Costa)

As edificações dispersas do Baixo Algarve compreendem, deste modo, uma considerável diversidade tipológica que resulta, não apenas do encadeamento dos diferentes ciclos da história, mas também das diversas condições de produção e de escala da exploração agrícola. De forma genérica, poderemos descrever a arquitetura vernacular dispersa do Baixo Algarve, como uma arquitetura de pequena escala, quase sempre caracterizada por uma dimensão cumulativa evidente na composição de diferentes volumes (fig. 5). Nestes assentamentos, predominam as paredes de alvenaria de pedra ou de terra, quase sempre caiadas, e as coberturas de telha com uma ou mais vertentes.

A nível da sua organização interna, a habitação corrente do pequeno proprietário rural tinha frequentemente cerca de cinco ou seis compartimentos distintos, correspondentes a dois ou três compartimentos habitacionais (entre os quais a cozinha) e dois ou três compartimentos relacionados com a exploração agrícola (cavalariça, palheiro e celeiro). As superfícies destas habitações são geralmente consideradas exíguas no confronto com os atuais modelos. Nos casos em que têm sido

objeto de reabilitação recente, no contexto da “urbanização” dos espaços rurais a que temos feito referência, os compartimentos não habitacionais são recorrentemente convertidos em espaços da habitação. Noutros casos, são integradas novas volumetrias agregadas às construções preexistentes, retomando assim uma prática corrente na arquitetura vernacular da região.



Fig.5: Fornalha, Olhão (M. R. Costa)



Fig.6: Jordana, Olhão (M. R. Costa)

De entre os elementos mais sistematicamente associados à arquitetura vernacular do Algarve, contam-se as chaminés rendilhadas e a *platibanda* (fig. 6). Constituem elementos característicos da casa de fachada que adquirirá maior preponderância a partir do último quartel do século XIX. Este é, de resto, um período de significativas alterações da arquitetura da região do Algarve. Considerem-se, para além dos elementos referidos, o recurso à cor, a composição geométrica da fachada com presença mais constante de cantarias nas portas e janelas ou a emergência da cobertura plana frequentemente associada à presença de abóbadas (fig. 7). Serão, justamente, estas transformações que marcarão a densificação do povoamento disperso a partir da segunda metade do século XIX.

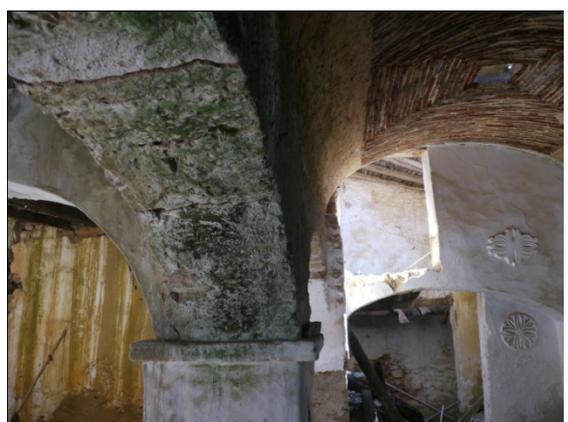


Fig.7: Caliços, Olhão (M. R. Costa)



Fig.8 Valados, Faro (M. R. Costa)

É também a partir deste período que se acentuará a implantação das novas edificações ao longo das estradas que constituirão, cada vez mais, uma expressão da modernidade a que muitas habitações aspiram (fig. 8). A implantação linear ao longo das vias, que tenderá a acentuar-se na aproximação aos principais aglomerados urbanos, incidirá tanto em caminhos rurais menos relevantes como nos eixos regionais mais estruturantes. As profundas alterações a que muitos destes eixos serão sujeitos nas últimas décadas resultarão na demolição de muitas das habitações

tradicionais de beira-estrada. Esta demolição tanto ocorrerá para permitir o alargamento da via como para dar lugar às novas tipologias edificadas que marcarão a afirmação das estradas-mercado a que anteriormente fizemos referência. Estas são, ainda assim, marcadas pela presença de um número significativo de edificações tradicionais, quase sempre desabitadas, que registam os diferentes períodos do processo de gradual ocupação da via.

De um modo geral, as edificações tradicionais dispersas na paisagem ou alinhadas ao longo das estradas integravam, como vimos, pequenas ou médias explorações. Algumas destas edificações estão, no entanto, relacionadas com explorações de dimensão considerável no contexto da região. É a própria organização e escala destes assentamentos que acabarão por revelar a importância regional de muitas destas explorações, compreendendo dependências agrícolas de dimensão considerável ou até habitações para assalariados rurais. Em muitos casos, constituem assentamentos profundamente intervencionados num período compreendido entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Estas intervenções evidenciarão, com alguma frequência, uma conceção mais *industrializante* a nível da organização e escala dos novos edifícios e construções rurais que se juntaram às edificações preexistentes.

É em função destas características e da própria dimensão da propriedade que, no atual contexto, alguns destes conjuntos adquirem particular aptidão para diferentes usos abertos à comunidade que tanto poderão ser de iniciativa pública como privada. Ao contrário do que ocorre com as edificações dispersas da pequena propriedade, cuja reabilitação passa quase sempre pela preservação da sua função habitacional, estes conjuntos maiores poderão adquirir outras valências no contexto da cidade contemporânea, como, de resto, já tem ocorrido nalguns casos. Deveremos distinguir de entre estes assentamentos, as quintas dada a sua localização privilegiada na proximidade dos núcleos urbanos consolidados (fig.3, 9, 10, 11). As quintas poderão ser encontradas em diversas regiões, especialmente nas zonas mais produtivas em redor dos principais aglomerados urbanos. São frequentemente marcadas por uma arquitetura mais erudita que tenderá a confirmar as diferentes expressões regionais e os diversos períodos da história.



Fig.9: Horta dos Macacos, Faro (M. R. Costa)



Fig.10: Quinta do Rosal, Loulé (M. R. Costa)

Muitos dos temas que caracterizam a arquitetura dispersa tradicional são também legíveis nos núcleos antigos dos pequenos aglomerados rurais (fig. 12). Naturalmente que aqui, o processo de gradual expansão da habitação ocorrerá no interior de uma parcela de limites bem definidos, resultando, muitas vezes, num crescimento em altura (fig. 13). De qualquer modo, encontraremos nestes aglomerados a mesma diversidade de tipos de cobertura e de sistemas construtivos que referimos para as edificações dispersas. Também ao nível da distribuição interna são evidentes as analogias com as casas disseminadas na paisagem (especialmente nas edificações de um piso), com a

cozinha localizada, muitas vezes, na parte posterior da casa e a sala e os quartos a marcar frequentemente presença na fachada principal.

Nas edificações com um piso, a cozinha, as cavalariças, as dependências agrícolas e de armazenagem ocupavam o piso térreo. A necessidade de áreas maiores associadas a estas atividades tornava bastante frequente a presença de vãos largos em arco nas paredes estruturais, correspondendo a uma solução muito característica dos núcleos históricos das principais cidades da região. Para a execução do pavimento do piso superior, poderemos encontrar o soalho, os pavimentos de ladrilho sobre barrotes ou as abóbadas. As duas últimas soluções estão, muitas vezes, ligadas à presença da cobertura em terraço (açoteia), especialmente frequente na região central do Baixo Algarve (eixo urbano Olhão/Faro/Loulé). No entanto, as coberturas em terraço tendem a alternar, numa mesma edificação, com o telhado (de uma ou mais vertentes), pelo que as habitações destes núcleos mantêm a diversidade de soluções de cobertura que caracterizam as edificações dispersas da zona central do Baixo Algarve.



Fig.11: Quinta da Várzea, Loulé (M. R. Costa)



Fig.12: Estoi, Faro (D. Batista)

Os antigos aglomerados rurais têm sido, também, objeto de profundas alterações que resultam quer da gradual perda da sua condição de ruralidade quer do papel que tenderão a adquirir na área metropolitana onde se integram. Durante este período, os núcleos rurais ver-se-ão esvaziados das suas comunidades tradicionais ligadas prevalentemente à agricultura, correspondendo a um processo em muitos aspetos idêntico ao que foi já descrito de forma genérica por Rémy and Voyé (1994; 147-151). Poderemos dizer que, entre as razões subjacentes a esta mutação, estão a perda de importância e a transformação da atividade agrícola ou a preferência por parte dos agricultores de residirem nas parcelas agrícolas de que são proprietários. No caso concreto do Baixo Algarve, os aglomerados rurais tradicionais mantêm, com alguma frequência, residentes que descendem dos antigos proprietários (já não necessariamente ligados às atividades agrícolas). Ao contrário, as áreas de expansão recente destes aglomerados albergam fundamentalmente pessoas sem qualquer vínculo anterior aos mesmos.

De qualquer modo, um número considerável das habitações dos núcleos antigos encontra-se hoje abandonado. Nalguns casos poderá mesmo ser estabelecida uma analogia entre os núcleos antigos destes aglomerados rurais e grande parte dos centros históricos das principais cidades da região. Se as áreas de expansão, delimitadas a nível dos Planos de Ordenamento do Território, acabarem por dar lugar a novas áreas residenciais, os núcleos históricos serão marcados gradualmente por fenómenos de esvaziamento e quebra do número de residentes. A sua reabilitação constitui ainda um processo tímido, mesmo se alguns deles estão há muito delimitados como núcleos com identidade a preservar, a nível dos Planos de Ordenamento do Território (fig. 14). Por

outro lado, não têm sido capazes, até agora, de se construírem enquanto rede de aglomerados de funções complementares, num momento em que se consolidam na região alguns dos tópicos característicos da cidade difusa.



Fig.13: São Brás de Alportel (M. R. Costa)



Fig.14: São Brás de Alportel (M. R. Costa)

Os Planos Regionais e os instrumentos de Ordenamento em vigor para as áreas que estamos a tratar têm, no entanto, procurado constranger o processo de crescimento da cidade ao interior dos perímetros urbanos, apresentando como argumentos decisivos a fragmentação da paisagem ou os elevados custos por fogo associados à urbanização difusa. Fora dos perímetros urbanos, aqueles instrumentos tenderão a inviabilizar a construção da nova habitação em parcelas sem registo de qualquer prédio urbano, permitindo, apenas, a recuperação e ampliação das construções preexistentes. Com este princípio, as edificações dispersas do Baixo Algarve rural acabarão por adquirir uma importância no sector imobiliário que não decorre, propriamente, do seu valor intrínseco mas da permissão de reedificação. Estas premissas não aparecerão, no entanto, associadas a qualquer sistema de inventariação ou proteção do património rural construído, pelo que poderão fomentar a destruição dos conjuntos edificados tradicionais, deixando, em muitos casos, ao livre arbítrio do promotor a opção por uma solução de reabilitação ou de substituição de arquiteturas.

De facto, a proteção do património construído em espaço rural tem incidido fundamentalmente na classificação de conjuntos monumentais, compreendendo o património religioso e militar e o património arqueológico, e raramente incidindo nos conjuntos edificados habitacionais, como se constata através do inventário do património classificado no Algarve. Neste sentido, as cartas do património que, de forma pontual, têm vindo a ser elaboradas em alguns concelhos do país poderão corresponder a um passo iniciático na definição de uma estratégia de proteção do património rural localizado no interior das regiões urbanas.

De qualquer modo, ainda que a pressão imobiliária acabe, nas atuais circunstâncias, por incidir de forma mais expressiva nas parcelas valorizadas pela preexistência de edificações, a proteção e reabilitação deste património só fará sentido quando enquadrada numa estratégia mais abrangente que considere, de forma articulada, os fatores e os valores da paisagem cultural no seu todo, procurando reequacionar o problema da reconversão da habitação rural em habitação urbana e a transformação, já referida, da relação entre assentamento e área produtiva concernente. A inventariação das diferentes tipologias de assentamentos rurais deverá assim ser interpretada à luz da própria história da paisagem, distinguindo, por exemplo, as quintas do Antigo Regime dos conjuntos dispersos da pequena propriedade da primeira metade do século passado, introduzindo, a partir daí, diferentes níveis de preservação e privilegiando a proteção de alguns bens entendidos aqui na relação entre tipologia de edifício e exploração agrícola.

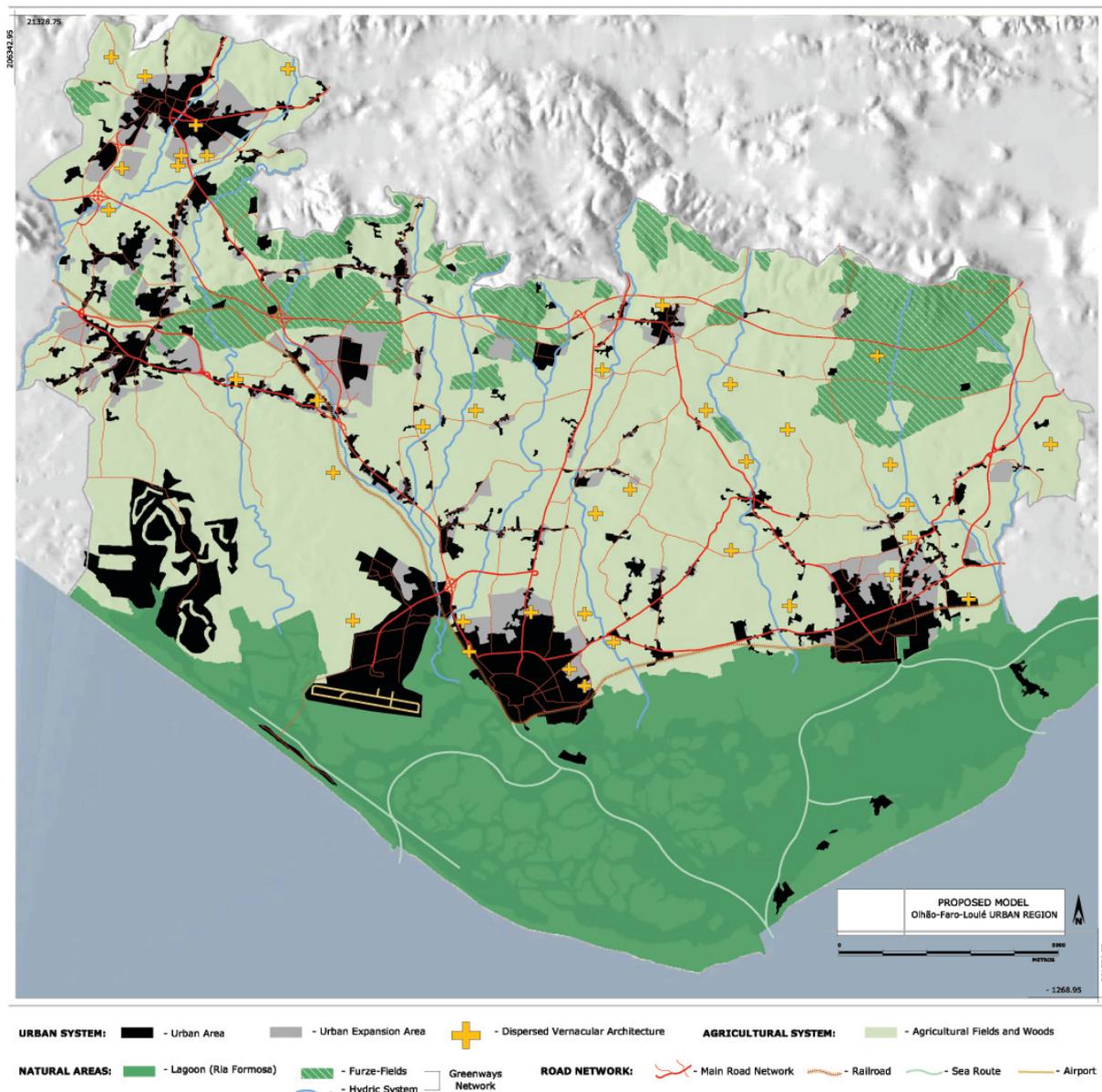


Fig.15: Modelo proposto. Sistema Urbano Olhão /Faro/Loulé (Batista, 2009).

Esta nova realidade paisagística, em constante mutação, onde o espaço urbano, cada vez mais difuso, se transforma e os sistemas rurais (pomar tradicional de sequeiro ou de regadio, hortas, vinhas) e naturais (sapais, dunas, matas, matos) se estão a urbanizar, caracteriza-se por uma desorganização generalizada e pela ausência de uma imagem urbana clara. Os valores urbanos e os valores rurais tendem a confundir-se, não originando nem um sentido de urbanidade, nem um sentido de ruralidade claros, resultando fundamentalmente num problema de identidade da paisagem (Batista, 2009).

Deste modo, e face à atual configuração paisagística caracterizada pela heterogeneidade e descontinuidade espacial dominantes, a matriz ecológica e a matriz rural, atrás referidas, deveriam passar a desempenhar um papel chave na regeneração e ordenamento da paisagem urbanizada do Baixo Algarve. Chamadas a ter uma função formadora e regeneradora desta região urbana, e adotando a estratégia de (re)urbanizar tendo a paisagem e o património como paradigma, a

(re)construção da matriz ecológica e rural, a partir do sistema de espaços abertos e dos elementos do património rural construído a eles associados, baseia-se na revalorização das estruturas e elementos naturais e culturais (pomares, hortas, cursos de água, matas e sebes, quintas, estruturas hidráulicas, edifícios de arquitetura vernacular). Estes passam, assim, a acompanhar e ordenar os processos de conexão intercidades, formalizando a estrutura patrimonial da paisagem global do Baixo Algarve.

Esta estrutura patrimonial é entendida enquanto estrutura de sustentabilidade da “nova paisagem”, equacionando a identidade e carácter de cada uma das suas partes, bem como as suas potencialidades e atributos biofísicos, estéticos e sociais. Constitui uma resposta aos processos de expansão urbana, promovendo a proteção dos espaços rurais e naturais, a salvaguarda do património natural e cultural, e o desenvolvimento de uma rede de percursos culturais que permitam usufruir das qualidades da cidade regional. A estrutura patrimonial, com função cultural, económica e ecológica, converte-se, deste modo, numa protagonista fundamental na (re)organização e (re)reestruturação da cidade contemporânea, conferindo coesão funcional e legibilidade aos tecidos urbanos, integridade ecológica e cultural ao mosaico paisagístico, e visibilidade e utilidade aos assentamentos rurais vernaculares.

Nesta perspectiva são propostas as seguintes linhas estratégicas fundamentais:

(i) A definição do modelo de desenvolvimento urbano constitui uma das estratégias mais importantes para a conservação e valorização da paisagem e do património rural construído. Opondo-se ao processo de expansão urbana fragmentada e dispersão da edificação pelo território, o modelo proposto apoia-se no policentrismo como um princípio de organização do sistema urbano do Baixo Algarve. Os antigos centros quer de média dimensão, quer de pequena dimensão e os novos centros devem adoptar uma estratégia de crescimento urbano limitado e concentrado. Esta estratégia permitirá o desenvolvimento urbano no interior dos aglomerados ou nas áreas a eles adjacentes (delimitadas com base na aptidão ecológica para a edificação). Deste modo, será possível contribuir para a salvaguarda dos solos de elevado valor ecológico (zonas húmidas, sapais, dunas, matos, Matas) e/ou agronómico (zonas adjacentes aos cursos de água), e para a conservação do património edificado vernacular e do património hidráulico (noras, tanques, aquedutos, levadas).

(ii) O contexto metropolitano e a nova escala dos territórios urbanizados, associada à interpretação e intervenção no sistema urbano, atribui aos espaços abertos um papel chave na regeneração e reestruturação da cidade regional contemporânea. A (re)construção do sistema de espaços intersticiais, que se propõe, baseia-se na revalorização das estruturas e elementos naturais e culturais subestimados (pomares de sequeiro e de regadio, hortas e vinhas, matas e sebes de compartimentação, cursos de água, edifícios de arquitetura vernacular e erudita ligados à produção agrícola, núcleos urbanos tradicionais), que passam a ordenar e qualificar os processos de conexão intercidades.

(iii) A defesa e preservação das áreas não urbanizáveis e a proteção da policultura tradicional (mosaico agrícola diversificado) constituem uma das estratégias fundamentais para a sustentabilidade ambiental e socioeconómica do Baixo Algarve. O desenvolvimento e o incentivo à agricultura nesta área, deverá basear-se, fundamentalmente, na criação do Parque Agrícola da Campina de Faro – Olhão (destinado à horticultura, fruticultura, floricultura, viticultura). Este parque, localizado no coração da região urbana, seria constituído por agrossistemas tradicionais, hortas urbanas, hortas sociais, Quintas pedagógicas, etc. Para além de assegurar a produção de alimentos, e contribuir para a estabilidade física, o equilíbrio ecológico, a diversidade biológica e cultural, a beleza e potencialidade recreativa da paisagem, constituiria um suporte ao desenvolvimento da cultura e da memória, e perpetuidade histórica do Algarve.

(iv) A reabilitação do património construído deverá ser considerada dentro de um sistema abrangente que associe, aos núcleos históricos das cidades consolidadas (Faro, Olhão, Loulé), o património rural mais relevante. Considerem-se como exemplos os aglomerados rurais acima mencionados, as quintas na periferia das principais cidades, as edificações dispersas tradicionais, o património hidráulico (muito rico nesta área), a arquitetura da produção (moinhos, lagares) e os caminhos, entre outras construções dispersas na paisagem. Propõe-se uma estrutura ou rede patrimonial que se constitua como sistema de referência na cidade contemporânea e suporte da dinamização de atividades socioeconómicas locais e regionais, dependentes da preservação deste património relacionadas, nomeadamente, com novos segmentos de turismo (turismo rural, ecoturismo, etc).

(v) A proposta confere especial importância à reabilitação dos núcleos históricos dos antigos povoados rurais. O património edificado e urbanístico destes aglomerados adquire relevância ao nível da constituição de uma rede de centros secundários, à escala da região urbana, com um papel essencial no plano das relações sociais. Nalguns casos, esta realidade é já hoje especialmente evidente nos dias de mercado, de festa ou de outros eventos sociais e culturais, nos quais se reúnem as populações residentes tanto nas aldeias como no território envolvente, com grande expressão na criação de comunidade fortes e coesas.

(vi) Pretende-se, ainda, estabelecer diferentes níveis de preservação e reabilitação do património vernacular disperso, a partir do seu conhecimento efetivo. Num primeiro momento, este processo estará ligado, necessariamente, a uma inventariação sistemática dos diversos elementos patrimoniais. A definição de diferentes categorias de preservação deste património deverá ser equacionada, não apenas a partir da sua valoração absoluta, mas também a partir da sua integração num sistema patrimonial considerado à escala da região urbana. Na maior parte dos casos deverá estar associada à manutenção do seu carácter privado (reabilitação de construções abandonadas convertidas em novas habitações, por exemplo). Em casos excepcionais, deverá ser ponderada a sua conversão ao uso público e a sua integração na rede de equipamentos da cidade contemporânea.

Referências

Ascher, F. (2001) *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour.* Paris: Éditions de l'Aube.

Alexander, C. Ishikawa, S. and Silverstein, M., (1977) *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction.* New York: Oxford University Press.

Batista, D., (2009) *Paisagem, Cidade e Património. O Sistema Urbano Olhão – Faro – Loulé. Propostas para uma estratégia de intervenções integradas de requalificação urbana e valorização ambiental.* Ph. D. Universidade de Évora (Portugal).

Boeri, S. and Lanzani, A., (1992) *Gli orizzonti della città diffusa.* Casabella, 588. Milan: Mondadori, pp.44-59.

Choay, F., (1992) *L'Allégorie du patrimoine.* Paris: Seuil.

Costa, M., (2010) *Alguns temas para a interpretação dos assentamentos rurais no sul de Portugal.* In: *As Idades da Construção.* Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, pp. 92-107.

Detragiache, A. (coord.), (2002) *Dalla città diffusa alla città diramada.* Milan: Franco Angeli.

- Forman, R., (2001) *The Missing Catalyst Design and Planning with Ecology Roots*. In: B. Johnson, and K. Hill, ed. *Ecology and Design*. New York: Island Press, pp.85-109.
- Forman, R., (2004) *Land Mosaic for the Greater Barcelona Region: Planning a Future*. Barcelona: Gustavo Gili, p.47.
- Giovannoni, G., (1995) [1931]. *Vecchie città ed edilizia nuova*. Milano: CittàStudi.
- Indovina, F., (1990) *La città diffusa*. In: F. Indovina, et al. *La Città Diffusa*. Venecia: DAEST-IUA, pp.19-43.
- Indovina, F., (2004) *The metropolisation of the territory. New territorial hierarchies*. In: A. Font, ed. *The Explotion of the City*. Barcelona: COAC-UPC, pp.20-47.
- Kostof, S., (2001) *The city shaped. Urban patterns and meanings through history*. London: Thames Hudson.
- Latz, P. (2007) *Rehabilitación*. In: D. Colafranceschi, ed. *Landscape + 100 palavras para habitarlo*. Barcelona: Gustavo Gili, pp. 165-167.
- McHarg, I. (1969) *Design with Nature*. New York: John Wiley & Sons.
- Mumford, L. (1961) *The City in History*. New York: Harcourt, Brace & World.
- Portas, N., (2005) *Os Tempos das Formas. Vol. 1: A Cidade Feita e Refeita (Escritos 1963-2004)*. Guimarães: DAA – Universidade do Minho.
- Portas, N.; Domingues, A.; Cabral, J. (2003) *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reed, P., (2005) *Groundswell: Constructing the Contemporary Landscape*. New York: The Museum of Modern Art.
- Rémy, J. and Voyé, L. (1994) *A Cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Afrontamento.
- Secchi, B., (1999) *Cittá moderna, città contemporanea e loro futuri*. In: G. Dematteis, et al. *I futuri della città. Tesi a confronto*. Milan: Franco Angeli, pp.41-70.
- Rossi, A. (2001) [1966]. *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Cosmos.
- Solà-Morales, I., (2002) *Territorios*. Barcelona: Gustavo Gili.